JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal — Ano III – Nº 542 – Brasília, sexta-feira, 12 de setembro de 1997

CCJ aprova a nova Lei Eleitoral

Campanhas deverão ser financiadas apenas por recursos privados

Numa de suas reuniões mais concorridas deste ano, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem o parecer do senador Lúcio Alcântara (ao centro, na foto maior), com algumas emendas destacadas. Por 10 votos a nove, manteve-se o texto do relator, favorável ao financiamento de campanhas exclusivamente por recursos privados. Ao todo, foram apresentadas 54 emendas, das quais 10 foram acolhidas integralmente e oito apenas parcialmente.

Os programas destinados à veiculação no horário gratuito pela televisão devem ser realizados em estúdio, ficando proibida a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens. O projeto deverá ser votado pelo plenário do Senado na próxima terça-feira e, se forem mantidas as alterações promovidas pela CCJ, a matéria retornará à Câmara. **Páginas 2 e 3**

Semana movimentada no Senado

Reforma agrária e combate à violência são o alvo de diversas propostas aprovadas. **Página 5**

Ademir questiona juro alto

E requer a convocação de Malan para dar explicações. Página 5

Repasse a estados é facilitado

A CAE aprovou autorização para que repasses da CEF, no âmbito do Pnafe, sejam facilitados. **Página 4**

LEI ELEITORAL

Oposição vê ajuda à campanha da reeleição

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição, disse ontem no plenário que o projeto de lei eleitoral aprovado pela CCJ "chega ao absurdo" de tirar as condições de igualdade entre os candidatos à Presidência da República e aos governos estaduais. Ele criticou a decisão de se permitir que o presidente e os atuais governadores inaugurem obras nos meses que antecedem as eleições.

- Outro ponto que só beneficia quem já está no governo é a redução, de 65 dias para 45 dias, do horário eleitoral gratuito. Pelos meus cálculos, um candidato à Presidência no final só terá 18 programas eleitorais gratuitos - assinalou.

Dutra: quem paga é o povo

Dutra manifestou "estranheza" com a reunião do presidente da República com líderes dos partidos que o apóiam para tratar da lei que regulará as eleições. "O mínimo que se pode esperar é que o presidente não participe desse tipo de reunião. A lei eleitoral aprovada pela CCJ foi feita para ajudar na reeleição do presidente da República", disse.

A derrubada do artigo que introduzia o financiamento público eleitoral foi lamentada pelo líder do Bloco Oposição. Para ele, o argumento de que a população não concorda com isso "é uma forma muito cômoda de resolver a situação".

- Se explicarmos, o povo entenderá que, mesmo sem financiamento público e com doações de empresas, a conta das campanhas sempre é paga pelos cidadãos. Todo mundo sabe que essas empresas repassam aos seus preços os gastos em campanhas eleitorais - observou.

Simon apela ao presidente para evitar "esse retrocesso"

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) considerou ontem o parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao projeto de lei eleitoral um recuo às propostas aprovadas antes pela Câmara dos Deputados.

O senador é contrário, principalmente, ao dispositivo que permite candidatos a presidente, governador e prefeito participarem de inaugurações às vésperas da eleição e à emenda que permite recursos da iniciativa privada nas campanhas. Ele lembrou que o próprio Fernando Henrique, quando senador, apresentou junto com o então senador Jarbas Passarinho um projeto restringindo a recursos públicos o dinheiro utilizado na campanha para as eleições de 1989.

- Eles apresentaram esse projeto 120 dias antes das eleições de 89. Se tivessem conseguido aprová-lo, não teríamos tido PC, Collor nem *impeachment*. E o que Jefferson Péres e eu fizemos agora foi copiar o projeto deles. E

Simon: PC nasceu na campanha

em vez de ser uma emenda para daqui a 120 dias, é para daqui a um ano. Não aprová-la fica muito feio para o Senado - disse.

Pedro Simon quer que um grupo de senadores vá ao presidente da República pedir-lhe apoio para evitar que "esse retrocesso se consuma" e sugeriu que seja integrado pelo presidente da CCJ, pelo líder do governo, pelo relator da matéria no Senado e por ele próprio.

Seu principal argumento é o de que a utilização de verba pública em campanha, antes de imoralidade, é uma forma de moralizar as eleições. "O PC não nasceu no governo Collor, mas na campanha, chantageando as empresas. Depois era feito o pagamento às empresas que deram dinheiro na campanha", explicou.

Sobre a participação de candidatos em inaugurações, ele disse que os que defendem essa idéia seguramente "querem agradar ao presidente da República", sem saber se é isso realmente que deseja o chefe do governo.

- Sei que não há nenhum interesse pessoal do presidente da República em participar de inauguração em véspera de eleição. Mas candidatos a governador e prefeito vão ficar com essa autorização, o que é profundamente lastimável - acentuou.

Agenda do Dia

PLENÁRIO

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

PREVISÃO DE TRABALHOS

PLENÁRIO

Segunda-feira (15.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Terça-feira (16.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Resolução nº 111/97, que autoriza o estado de São Paulo a emitir, através de ofertas públicas, Letras Financeiras do Tesouro do Estado de São Paulo - LFTSP, destinando-se os recursos ao giro de sua dívida mobiliária com vencimento em setembro de 1997; *PLS nº 41/96, que introduz alterações na Lei nº 8.629/93 (regulamentação de dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária); e *PLC nº 156/93, que altera o art. 7º da Lei nº 5.889/73, que institui normas reguladoras do trabalho rural

Quarta-feira (17.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: votação em primeiro turno da *PEC nº 33/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 14/96), que modifica o sistema de previdência social e estabelece normas de transição; *PEC nº 14/96 (tramitando em conjunto com a PEC nº 33/96), que modifica o sistema de previdência social, instituindo o regime básico unificado, dispõe sobre o regime complementar público e privado e estabelece normas de transição no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e discussão em turno único do *PLS nº 319/95, que cria o Comitê de Gestão dos Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco

Quinta-feira (18.09.97)

14h30 - Sessão Não Deliberativa do Senado

Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: *Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o governo do estado do Rio Grande do Sul a emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado do Rio Grande do Sul - LFTRS, cujos recursos serão destinados à liquidação da oitava parcela, bem como da correção monetária relativa à sexta e sétima parcelas, todas de precatórios judiciais; *Projeto de Resolução nº 102/97, que autoriza o governo do estado do Piauí a alterar a forma e o prazo de pagamento dos contratos de operação de crédito, celebrados em 22 e 29.12.95, junto à Caixa Econômica Federal, relativos ao Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados; *Projeto de Resolução nº 106/97, que autoriza o Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, no valor de US$ 25 milhões de principal, destinando-se os recursos ao financiamento parcial do Programa Rede de Pesquisa e Desenvolvimento de Políticas Públicas, a ser executado pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (Ipea)

Sexta-feira (19.09.97)

9h - Sessão Não Deliberativa do Senado

COMISSÕES

Terça-feira (16.09.97)

17h - Comissão Especial do Desenvolvimento Econômico e Social da Amazônia

Pauta: Discussão da agenda para futuras reuniões e diligências e escolha dos nomes dos próximos depoentes. *Sala 07 - Ala Senador Alexandre Costa*

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Júnia Marise
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Flaviano Melo
4º Secretário: Lucídio Portella
Suplentes de Secretário: Emilia Fernandes - Lúdio Coelho
Joel de Hollanda - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social – Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Divulgação e Integração – Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado – Flávio de Mattos
Diretor da Agência Senado – José do Carmo Andrade
Editores – Djalba Lima, Edson de Almeida e José Humberto Mancuso
Diagramação – Sergio Luiz, Wesley Carvalho e Osmar Miranda
Fotos – Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Jane Araújo e Roosevelt Pinheiro
Revisão – Lindolfo Amaral, Fernando Varela e João Ribeiro
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 15º e 16º andares, CEP 70165-920 - Telefone: 0800-612211
Fax: (061) 311-3137 - Brasília - DF

Veja no Diário do Senado a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

www.senado.gov.br

LEI ELEITORAL

CCJ veta financiamento público de campanhas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) concluiu ontem a votação do projeto de nova lei eleitoral, aprovando parecer de Lúcio Alcântara (PSDB-CE) e algumas emendas destacadas por senadores. Por 10 votos a nove, foi mantida a posição do relator favorável ao financiamento de campanhas eleitorais apenas com recursos privados.

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania aprovou ontem o parecer do senador Lúcio Alcântara

Jefferson Péres (PSDB-AM), Pedro Simon (PMDB-RS) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) pediram destaque para votação em separado de emendas por eles apresentadas que visavam a estabelecer que as campanhas seriam financiadas exclusivamente com recursos públicos. Mas foram derrotados em sua pretensão.

O projeto deverá ser votado pelo plenário do Senado na próxima terça-feira (dia 16) e, se forem mantidas as alterações promovidas pela CCJ no texto aprovado pelos deputados, a matéria retornará ao exame da Câmara.

Durante a votação dos destaques, foram aprovadas três emendas de José Serra (PSDB-SP). A primeira suprime o inciso VII do art. 74, relativo aos gastos publicitários. De acordo com esse dispositivo, na redação dada pelo relator, os agentes públicos ficariam proibidos de "realizar, em ano de eleição, a cada mês, despesas com publicidade dos órgãos públicos federais, estaduais ou municipais, ou das respectivas entidades da administração indireta, que excedam o maior valor dentre o duodécimo da média dos gastos nos três últimos anos que antecedem o pleito e do montante despendido no último ano imediatamente anterior à eleição".

Segundo Serra, embora a intenção da norma seja boa, na prática ela é "um elemento para fomentar elevados gastos com publicidade, para se ter uma margem maior a ser gasta no último ano". Outra emenda aprovada obriga as entidades e empresas que realizarem pesquisas de opinião pública relativas às eleições ou aos candidatos a registrar junto à Justiça Eleitoral o nome de quem pagou pela realização do trabalho. A última emenda de Serra estabelece que tais empresas e entidades, quando contratadas por qualquer órgão de imprensa escrita ou de rádio e televisão, não poderão ser contratadas nem, de qualquer forma, prestar serviços a partidos ou coligações que tenham candidatos às eleições majoritárias.

Também foram aprovadas emendas de Júnia Marise (PDT-MG), que garante aos partidos políticos e coligações o acesso aos dados das pesquisas eleitorais após o seu registro na Justiça Eleitoral; e de Antonio Carlos Valadares, proibindo, na realização de inaugurações, a contratação de *shows* artísticos pagos com recursos públicos nos três meses que antecederem às eleições.

Gravações só em estúdio, determina parecer

No parecer sobre o projeto de lei eleitoral apresentado ontem à CCJ, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) apresentou quatro emendas e cinco subemendas de relator, entre as quais uma estabelecendo que os programas destinados à veiculação no horário gratuito pela televisão devem ser realizados em estúdio, seja para transmissão ao vivo ou pré-gravados, podendo utilizar música ou *jingle* do partido, criados para a campanha eleitoral.

De acordo com a subemenda, é vedada a utilização de gravações externas, montagens ou trucagens, e a violação dessa proibição sujeita o candidato à suspensão por um programa, duplicando-se a penalidade a cada reincidência.

Alcântara acolheu integralmente 10 emendas e parcialmente oito, e rejeitou 34 emendas das 54 encaminhadas depois da leitura do parecer inicial, na reunião da última quarta-feira.

Duas emendas foram retiradas pela senadora Regina Assumpção (PTB-MG).

Ao todo, durante as duas fases de apresentação de emendas, foram encaminhadas 98 sugestões de modificação do projeto.

As 10 emendas acolhidas pelo relator e pela CCJ foram as seguintes:

- duas de José Serra (PSDB-SP), uma estabelecendo que o tempo da propaganda eleitoral no rádio e na TV terá um terço repartido igualmente entre os candidatos e dois terços repartidos na proporção da representação de cada partido na Câmara; outra que veda a divulgação dos resultados de pesquisas na propaganda eleitoral gratuita;
- de Pedro Simon (PMDB-RS), que determina que as sobras de campanha sejam destinadas aos institutos ou fundações partidárias de pesquisa e de doutrinação e educação política;
- de Romero Jucá (PFL-RR), que ressalva os programas jornalísticos ou debates políticos da proibição, às emissoras de rádio e TV, de divulgar programa com alusão ou crítica a candidato ou partido político;
- duas de Romero Jucá, uma que amplia de 72 horas para cinco dias o prazo para impugnação dos programas de computador relativos à apuração dos votos; outra, que permite a representação ao TSE quando a lei eleitoral não for cumprida pelos TREs;
- de Edison Lobão (PFL-MA), que altera os critérios de propaganda eleitoral gratuita nas eleições municipais para os municípios sem rádio e TV;
- dos senadores Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Humberto Lucena (PMDB-PB), que revoga dispositivo de decreto-lei sobre a perda de mandato de vereador que não resida no respectivo município;
- duas de José Eduardo Dutra (PT-SE), uma que inclui, entre os documentos exigidos para o registro de candidatura, a fotografia do candidato; outra, estabelecendo que tribunais e conselhos de contas encaminharão à Justiça Eleitoral, até a data final para o registro de candidaturas, relação daqueles que tiveram suas contas relativas ao exercício de cargos ou funções públicas rejeitadas por irregularidade insanável e por decisão irrecorrível do órgão competente.

Proibidas gravações externas, montagens e trucagens nos programas de TV, conforme subemenda de Alcântara

Entre as subemendas do senador Lúcio Alcântara, há uma que considera abuso de autoridade a infringência de dispositivo constitucional segundo o qual "a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos", ficando o responsável, se candidato, sujeito ao cancelamento do registro de sua candidatura.

Outra emenda do relator Lúcio Alcântara exige a referência ao sexo na relação dos filiados a ser enviada pelos partidos aos juízes eleitorais na segunda semana dos meses de abril e outubro de cada ano.

Uma outra emenda estabelece que até 45 dias antes da data das eleições os TREs enviarão ao TSE, para fins de centralização e divulgação de dados, a relação dos candidatos às eleições majoritárias e proporcionais, da qual constará obrigatoriamente a referência ao sexo e ao cargo a que concorrem.

A reunião da Comissão de Assuntos Econômicos, ontem, foi presidida pelo senador Fernando Bezerra

Parecer favorável de Vilson Kleinübing autoriza que todos os repasses da CEF aos estados sejam concedidos mediante uma única resolução

CAE aprova facilidades para o programa de apoio

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), em reunião presidida por Fernando Bezerra (PMDB-RN), aprovou ontem parecer favorável de Vilson Kleinübing (PFL-SC) a autorização solicitada pelo Executivo para que todos os repasses da Caixa Econômica Federal às unidades federativas, no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Administração Fiscal para os Estados Brasileiros (Pnafe), sejam concedidos através de uma única resolução. O parecer foi acolhido com ressalva "que obriga o estado a quitar a dívida desse contrato". O projeto vai ainda ao plenário do Senado.

Na mesma reunião, a CAE acolheu requerimento de líderes partidários solicitando a realização de uma reunião conjunta das comissões de Assuntos Sociais (CAS), de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), a fim de apreciar projetos de lei do Senado e da Câmara que tramitam em conjunto, dispondo sobre o Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC).

A CAE também aprovou requerimento de autoria do senador Freitas Neto (PFL-PI) solicitando diligências para obtenção de informações junto à Caixa Econômica Federal sobre a implementação do Programa de Demissão Voluntária, a fim de verificar se houve o enxugamento da máquina pública, bem como a redução das despesas decorrentes de sua manutenção.

Caixa pode emprestar ao RS

A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado também aprovou, na reunião de ontem, parecer favorável do senador Pedro Simon (PMDB-RS) a solicitação do governo do estado do Rio Grande do Sul para contratar operação de crédito, junto à Caixa Econômica Federal, no valor R$ 4,9 milhões, destinados a custear parte das obras de infra-estrutura dos núcleos Morgado Rosa e Ferronato, em Bagé.

Outra proposta acolhida pela CAE autoriza o governo do Ceará a contratar empréstimo externo no valor de US$ 8,5 milhões junto à MLW Itermed-Export-Import, empresa alemã de comércio exterior, destinados ao aparelhamento das universidades estaduais e institutos de pesquisa vinculados à Secretaria da Ciência e Tecnologia do estado.

A comissão aprovou ainda parecer favorável do senador Bello Parga (PFL-MA) a solicitações do governo do Maranhão para contratar operação de crédito no valor de R$ 134,2 milhões, junto à Caixa Econômica Federal, visando refinanciar as dívidas dos contratos celebrados entre o estado e o governo federal, no âmbito do Programa de Apoio à Reestruturação e ao Ajuste Fiscal dos Estados.

A comissão aprovou ainda parecer favorável do senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), com emendas do senador Esperidião Amin (PPB-SC), à solicitação do governo de Santa Catarina para emitir Letras Financeiras do Tesouro do Estado de Santa Catarina (LFTSC). Os recursos serão destinados ao giro da dívida mobiliária vencível no 2º semestre de 1997. As matérias acolhidas pela CAE dependem de deliberação do plenário.

Waldeck propõe que comissão abranja assuntos regionais

O senador Waldeck Ornelas (PFL-BA) propôs ontem que a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado tenha o caráter de uma Comissão de Ordenamento Territorial, de acordo com o previsto no artigo 21 da Constituição, que ainda não foi regulamentado. Essa comissão permanente, de acordo com a proposta do senador, trataria de assuntos regionais, além de infra-estrutura.

Dessa forma, conforme Waldeck, a comissão passaria a ter uma temática abrangente, capaz de envolver toda a questão regional, inclusive os projetos relativos a economia regional e a desconcentração da economia. No que se refere a infra-estrutura, o senador disse que a comissão trataria da questão do transporte, energia, telecomunicações, saneamento e irrigação no Nordeste.

O meio ambiente, a política urbana, a habitação, a descentralização de recursos, bem como a análise dos planos nacionais e regionais de ordenamento territorial e desenvolvimento social seriam outras atribuições da Comissão de Ordenamento Territorial proposta pelo senador.

Waldeck: cumprindo a Carta

Ele sugeriu que essa iniciativa seja viabilizada a partir de projeto de resolução do senador Coutinho Jorge (PSDB-PA), o qual propôs a criação da Comissão de Assuntos Regionais e Urbanos.

Waldeck Ornelas também pediu ontem que sejam liberados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) recursos de R$ 340 milhões garantidos pelo Tesouro Nacional para serem aplicados no setor cacaueiro num período de três anos.

Ele disse que a crise nas plantações de cacau no sul do seu estado vem se agravando nos últimos dias, não só em razão das pragas e dos preços baixos, mas também pela falta de incentivos.

Comissões vão reexaminar isenção para deficientes

A requerimento do senador Edison Lobão (PFL-MA), o Senado encaminhou para o reexame das comissões permanentes projeto de lei que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) e do Imposto de Importação (II) sobre equipamentos e material educativo adquiridos por pessoas portadoras de deficiências.

Lobão argumentou que os ministérios do Planejamento e da Fazenda são contrários a essa isenção, porque ela contraria a política fiscal do governo. Conforme o senador, ao invés da isenção tributária, concedida mediante lei, o governo concordaria até com a fixação de alíquota zero. Submetido ao reestudo das comissões, o projeto poderia então ser emendado neste sentido, admitiu ele.

Na mesma sessão, o senador Eduardo Dutra (PT-SE) abordou o fato de que, pelo calendário de votações da Casa, a lei eleitoral ficou programada para ser votada na próxima semana, mas não se levou em conta o fato de que a reforma da Previdência também será votada no mesmo período. O presidente do Senado respondeu que a lei eleitoral poderá ser votada na terça-feira (dia 16), ou na quarta-feira (dia 17) pela manhã, ficando a lei da Previdência para ser votada na tarde do mesmo dia.

"É inadmissível que a média dos juros bancários esteja em 112% ao ano, quando nossa inflação anual caiu para cerca de 6%. Os cartões de crédito estão cobrando 274% ao ano", questiona senador

Ademir quer que Malan explique juro alto

"A indústria e o comércio podem ser punidos por lucro abusivo. Mas não há punição para banco que cobra juro abusivo ou escorchante. Por que não há limite para o sistema financeiro?" A pergunta foi feita pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), ao justificar requerimento dirigido ao ministro da Fazenda, Pedro Malan, apresentado ontem, com indagações sobre a política de juros do governo.

- É inadmissível que a média dos juros bancários esteja em 112% ao ano, quando nossa inflação anual caiu para cerca de 6%. Os cartões de crédito estão cobrando 274% ao ano. Afinal, a partir de que limites os juros podem ser chamados de abusivos ou escorchantes? - perguntou.

Conforme Ademir Andrade, o governo mantém os juros elevados para atrair capitais estrangeiros, o que tem sustentado importações em nível superior às exportações do país. Na opinião do senador, é inaceitável que investidores do Japão, onde as aplicações rendem líquido por ano cerca de 2%, consigam no Brasil até 30% líquidos ao ano.

Em seu requerimento ao ministro da Fazenda, Ademir Andrade pede toda a legislação que normatiza as taxas de juros no país. Pergunta ainda quais as taxas de juros autorizadas pelo Banco Central ou pelo Conselho Monetário Nacional.

Ademir Andrade criticou a "intransigência do governo do Pará", por intermédio da diretoria da Centrais Elétricas do Pará (Celpa), em não negociar a distribuição dos lucros da empresa - referentes a 1996 - a que têm direito, por acordo coletivo de trabalho, os funcionários, em greve desde o último dia 4.

Segundo o senador Ademir Andrade, o acordo coletivo entre a Celpa e seus empregados reconhece esse direito e o Sindicato dos Urbanitários, a que estão filiados os eletricitários, pede o repasse do valor correspondente a 20% dos R$ 46,2 milhões de lucro registrado no ano passado. A cada eletricitário caberiam, conforme afirmou Ademir Andrade, aproximadamente R$ 3.200,00.

Ademir: lucros abusivos

Reforma agrária ganha espaço na semana

O Senado apreciou esta semana diversas matérias, entre elas o projeto do senador Flaviano Melo (PMDB-AC), aprovado na quarta-feira, que visa acelerar o processo de reforma agrária no país. Na terça-feira, receberam aprovação dois projetos de lei que regulamentam profissão: a de arqueólogo (nível superior) e a de técnico de segurança patrimonial (nível médio).

Flaviano: agilidade

Elcio: análise

Incluída na pauta de votação do dia 10, foi adiada para a próxima quarta-feira (dia 17) a votação da reforma da Previdência Social, em primeiro turno. O líder do governo no Senado, Elcio Alvares (PFL-ES), explicou que haviam sido apresentados muitos destaques para votação em separado, e os partidos querem analisar com calma cada um deles.

Ainda na quarta-feira, o plenário aprovou projeto de resolução autorizando o governo a assinar o protocolo de reescalonamento da dívida do Suriname junto ao Brasil, no valor de US$ 68,1 milhões. O plenário deu voto favorável a projeto de lei que estabelece normas sobre a profissão de bombeiro civil contratado por empresas privadas ou públicas para integrar brigadas destinadas a prevenir ou combater incêndios.

Também mereceu aprovação projeto que regulamenta a profissão de histotecnologista, técnico de laboratório especializado no estudo de tecidos e órgãos.

Já o Congresso Nacional, reunido na quarta-feira, aprovou quatro medidas provisórias (MPs), destacando-se a que concede isenção de IPI para aquisição de máquinas, aparelhos e instrumentos e dispõe sobre o período de apuração e prazo de recolhimento desse imposto para as microempresas e empresas de pequeno porte.

Foram aprovados ainda pelo Congresso projetos de lei que autorizam o Executivo a abrir ao Orçamento da União recursos destinados a ministérios.

Dias de decisões nas comissões

A votação de importantes matérias sobre os mais variados temas marcou a atuação das comissões do Senado nesta semana. Além da que institui a nova lei eleitoral, aprovada ontem, as comissões apreciaram, entre outros projetos, o que pune o assédio sexual e o que torna mais rigorosa a pena para o crime de tortura contra crianças.

Só a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sob a presidência do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), apreciou na quarta-feira uma pauta de 38 itens. Entre os 25 projetos aprovados pela CCJ estão o que altera dispositivo do Código Civil, de iniciativa do senador Lauro Campos (PT-DF), e o que, oriundo da Câmara, revoga dispositivos do Código de Processo Penal referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher.

Projeto do senador Valmir Campelo (PTB-DF), aprovado pela CCJ nos termos de substitutivo do senador José Fogaça (PMDB-RS), obriga os estabelecimentos comerciais e pessoas físicas ou jurídicas a indenizar os proprietários de veículos roubados ou furtados em locais sob sua administração ou responsabilidade.

Já a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou, entre outros projetos, o de autoria do senador Júlio Campos (PFL-MT) que restaura dispositivo do Estatuto da Criança e do Adolescente, para agravar a pena pela prática de tortura a menores e o que regulamenta a profissão de classificador de produtos vegetais. Esse projeto, oriundo da Câmara, teve como relatora a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR).

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), sob a presidência do senador João Rocha (PFL-TO), decidiu na quarta-feira criar uma subcomissão temporária com a finalidade de fiscalizar as entidades fechadas de previdência privada.

Os chamados fundos de pensão das empresas estatais deverão ser fiscalizados pela subcomissão, que tem prazo de funcionamento previsto para até o final da atual legislatura.

A CPI do Trabalho Infantil, presidida pela senadora Marluce Pinto , promoveu na terça-feira audiência pública para ouvir o coordenador do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), Charles Roberto Pranke.

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura do Senado (CI), cuja presidência é exercida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), também realizou audiência pública na quarta-feira para debater a questão relacionada à matriz energética brasileira.

O debate foi com o ministro de Minas e Energia, Raimundo Brito, que compareceu à CI acompanhado pelos presidentes da Eletrobrás e da Eletronorte.

Em reunião presidida pelo senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) apreciou ontem diversas matérias, entre as quais o pedido para que o governo do Rio Grande do Sul possa realizar operação de crédito junto à CEF.

A subcomissão da CAE, que examina a política de incentivos oferecidos às empresas pelos governos estaduais esteve reunida na quinta-feira para, em audiência pública, ouvir do presidente do Ipea, Fernando Rezende.

Presidente do Senado recebe de representantes de 429 dirigentes de classes que se reuniram em Brasília, durante dois dias, documento com as conclusões do II Encontro Nacional das Federações de Trabalhadores

ACM apóia trabalhadores na luta por empregos

Uma comissão de sindicalistas entregou ontem ao presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, documento com a síntese do II Encontro Nacional das Federações de Trabalhadores, realizado em Brasília. Eles pediram apoio do senador para iniciativas legislativas que tragam melhoras para os trabalhadores. A informação é da senadora Emília Fernandes (PDT-RS), que acompanhou o grupo. Eles representavam 429 dirigentes sindicais que durante dois dias debateram, em Brasília, a atual política econômica e problemas como o desemprego.

Antonio Carlos manifestou-se solidário com os dirigentes sindicais diante de preocupações como o desemprego, destacou ter "pontos de vista contrários" em relação a críticas à política econômica e ao atual processo de reformas constitucionais, contidas na nota com as conclusões do encontro.

O documento é assinado pelo presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), José Calixto Ramos, secretário-coordenador da CCT (Coordenação Confederativa dos Trabalhadores).

Emília acompanha sindicalista na visita a ACM

O pensador Alain Touraine com Antonio Carlos, ontem

SÉRGIO MOTTA

Ao retornar ontem de almoço com o ministro das Comunicações, Sérgio Motta, Antonio Carlos Magalhães afirmou que conversaram "muito sobre política" e o clima do encontro foi "harmonioso".

Interrogado por repórteres se o ministro pediu desculpas sobre os ataques que fez ao Congresso nos últimos dias, ACM afirmou que não havia razão para um pedido de desculpas. "Foi um almoço entre amigos", disse.

ALAIN TOURAINE

Antonio Carlos recebeu a visita do pensador francês Alain Touraine, que se declarou honrado por ter sido recebido por quem considera uma "grande figura da política brasileira". Considerou um privilégio a oportunidade de ouvir do senador a visão que ele tem da atualidade política: "Antonio Carlos Magalhães vem de uma tradição importante; é uma figura destacada da política do Nordeste que dá seu apoio a alguém do PSDB que vem de São Paulo, com uma trajetória completamente diferente da sua".

Depois de 45 minutos com o presidente do Senado, o sociólogo concluiu que o PFL, entre os outros integrantes da maioria no Congresso, é o partido mais firme na sustentação do atual governo. Ele declarou estar "impressionado com a força do apoio de Antonio Carlos a Fernando Henrique".

Perguntado por um repórter se acreditava que Antonio Carlos era figura de muito peso neste momento político, Touraine respondeu: "Você conhece alguém que pense de outra forma?".

O pensador francês disse que gostaria que o sistema político brasileiro "fosse mais estruturado", citando como exemplo o sistema partidário inglês. Admitiu, no entanto, que a rigidez política britânica seria um exagero no caso do Brasil.

Antonio Carlos também recebeu a visita de Taciano Varro Filho e José Otávio Costa, diretores do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Coutinho quer mais eficiência no Orçamento

O senador Coutinho Jorge (PSDB-PA) disse ontem que o governo devia aplicar aos projetos previstos no Plano Plurianual e no Orçamento da União a mesma eficiência dedicada ao programa Brasil em Ação, que inclui as principais metas do presidente Fernando Henrique Cardoso para o país. Ele se disse um defensor ardoroso do planejamento.

- Não tenho dúvida de que o processo de planejamento precisa ser aprofundado, levado mais a sério e ser uma atitude natural, normal, em qualquer época de qualquer administração pública - acrescentou.

Coutinho Jorge afirmou também esperar que, "no próximo governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, essa estratégia do programa Brasil em Ação seja uma estratégia com a qual Sua Excelência amplie, realmente, os seus próximos quatro anos em favor do desenvolvimento do nosso país".

Quando o senador Josaphat Marinho (PFL-BA) o aparteou para dizer que é inútil esperar fidelidade governamental ao Orçamento, Coutinho Jorge fez a ressalva de que, para a Amazônia, existe planejamento.

Coutinho Jorge também reconheceu que há um avanço do governo em relação ao Orçamento para 1998.

Coutinho: pelo planejamento

Emília: movimento sindical busca alternativas

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou ontem que o II Encontro Nacional das Federações de Trabalhadores, ocorrido recentemente em Brasília, constituiu-se num momento de grande importância para a política brasileira, quando "os trabalhadores precisam urgentemente buscar alternativas para a afirmação do movimento sindical".

Ela fez registrar nos Anais da Casa o texto da nota preliminar elaborada no encontro e na qual os trabalhadores declaram ser "inaceitável a continuação da atual política econômica dependente do capital financeiro". Também se manifestam contrários, entre outras medidas, aos contratos temporários, à abertura do comércio aos domingos e ao corte de direitos de funcionários públicos.

A senadora disse que os trabalhadores entendem que, em decorrência da atual política econômica, o desemprego atinge patamares insuportáveis, aumentando sistematicamente em todos os segmentos econômicos e na totalidade das regiões do País, "mostrando a face cruel e desumana da política neoliberal imposta ao Brasil pelos países centrais".

Senador prevê ações como as que foram movidas pelos servidores a partir da concessão de 28% de reajuste aos militares no governo passado

Lucena alerta FHC: aumento sobre gratificação não é legal

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) alertou ontem o presidente da República que o aumento anunciado para cerca de sete mil servidores, de 62% a 251%, "é inconstitucional" e poderá gerar uma grande dor de cabeça para o governo.

Citando o inciso X do artigo 37 da Constituição, que trata do reajuste salarial de funcionários públicos, Lucena lembrou que os 28% concedidos aos militares pelo então presidente Itamar Franco também incidiram sobre uma gratificação e o STF decidiu que servidores civis tinham direito ao aumento. Agora, observou, o governo cria uma gratificação de desempenho para um grupo de pouco mais de sete mil servidores e "a história na Justiça poderá se repetir".

Humberto Lucena lamentou que o governo, sob o argumento de que é preciso equilibrar as contas públicas para manter o seu programa econômico, desde o início de 1996 não concede reajuste aos servidores públicos. Ele pediu ao governo "uma reflexão" sobre o desestímulo que isso vem provocando no funcionalismo.

Lucena: a história se repete

Lobão isenta PFL na questão paranaense

O senador Edison Lobão (PFL-MA) disse ontem que seu partido não se envolve em barganhas políticas e, portanto, não compreende as insinuações de que a filiação do governador Jaime Lerner ao PFL facilitaria a aprovação de pedidos de empréstimos do governo paranaense, pendentes na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado (CAE).

Ele se referia a discurso em que o senador Osmar Dias (PSDB-PR) disse que deputados do PFL paranaense teriam preconizado a facilitação dessas autorizações de empréstimo depois da filiação de Lerner ao PFL. Lobão esclareceu que seu partido não se envolve em questões regionais nem estaduais, acrescentando que sequer precisava defender as lideranças pefelistas dessa insinuação.

Lobão descarta barganha

Ele afirmou que o próprio Osmar Dias isentou o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, de qualquer propósito de beneficiar Jaime Lerner.

Ronaldo teme desemprego global

"Qual o valor do trabalho humano na contabilidade governamental? Será apenas um dado na estatística, cujas variações são suportes de publicidade?", indagou o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), ao mostrar, ontem, preocupação com o desemprego no Brasil e no mundo.

Reportando-se ao dia da sabatina no Senado do presidente do Banco Central, Gustavo Franco, o senador lembrou que, a caminho dessa reunião, o economista teve um encontro com a realidade social, quando um garoto lhe pediu esmola.

Ronaldo: quanto vale o ser humano?

Ele disse que falta à juventude não apenas a esperança da oportunidade de trabalho, mas a segurança familiar, visto que "os empregos dos membros da família podem desaparecer ao sabor do mercado globalizado e da tecnologia". Lamentou também que a essa juventude falte escola fundamental pública com instrução preparatória e os meios de qualificação e aprendizagem.

Na opinião de Ronaldo Cunha Lima, "o fantasma do desemprego ronda o mundo, assustando a família, a nação e a soberania dos países. É hora de dirigir os esforços para encontrar soluções valorativas do trabalho humano como o ápice da felicidade de um povo".

Paraná não tem empréstimo até explicar acordos, garante Osmar

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) reafirmou ontem que todos os projetos de empréstimos para o Paraná estão com sua tramitação sobrestada até que o governador do estado envie à Comissão de Assuntos Econômicos as informações pedidas sobre os acordos entre o governo do Paraná e as montadoras de automóveis Renault e Chrysler.

Osmar: ofensa aos senadores

Ele disse que a decisão decorreu de requerimento do senador Roberto Requião (PMDB-PR), mas lembrou que, como relator, também não poderá finalizar seu trabalho antes que o governo do Paraná instrua corretamente a matéria, enviando os balancetes e o balanço para que os senadores possam julgar a capacidade de endividamento do estado.

Osmar contestou declarações de políticos ligados a Jaime Lerner atribuindo a entrada do governador no PFL como parte de um acordo que viabilizaria a liberação dos recursos pedidos pelo Paraná.

- Duvido que o PFL do Senado se submeta a esse nível de barganha - disse Osmar Dias. Ele considera que as notícias atingem não apenas a CAE e o presidente da Casa, como "ferem a dignidade de cada senador".

TV SENADO HOJE

7h - Entrevista com o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) sobre o Orçamento da União
8h - Debate entre o senador Bernardo Cabral (PFL-AM) e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, Luiz Felipe, sobre a campanha "Eu Sou a Paz"
9h - Sessão plenária ao vivo
Em seguida: Comissão Mista do Trabalho Infantil (pré-gravada em 09/09/97)
15h - Sessão plenária (reapresentação)
Em seguida - Comissão de Assuntos Econômicos (pré-gravada pela manhã)
19h30 - "Sete Dias na Política" - entrevista com o deputado federal Saulo Queiroz (PFL-MS), relator da reforma do sistema financeiro, sobre a necessidade de tornar o Banco Central independente. No mesmo programa, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) fala sobre a Lei Eleitoral aprovada na Comissão de Constituição e Justiça do Senado
20h30 - "Congresso Hoje"
21h30 - "Fala Cidadão" - resposta às questões dos usuários do 0800 sobre a lei do Meio Ambiente, a pena de morte e o projeto que propõe vagas para estagiários de cursos superiores nas empresas públicas
22h - "Congresso Hoje" (reapresentação)
22h30 - "Sete Dias na Política" (reapresentação)
23h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)
0h30 - Resumo da semana
1h - "Sete Dias na Política" (reapresentação)
2h30 - Comissão de Constituição e Justiça do dia 10/09/97 (reapresentação)
6h30 - "Fala Cidadão" (reapresentação)

RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
7h40 - Música e informação
9h - Sessão plenária
Em seguida - Música e informação
13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
13h45 - Música e informação
14h30 - Sessão plenária (retransmissão)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
20h - Música e informação
22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
22h45 - Música e informação até as 24h

Aprovação na Câmara dos Deputados do projeto que inclui o Vale do Jequitinhonha na área beneficiada pela superintendência foi considerada histórica pelo senador

Francelino festeja Minas na Sudene

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) comemorou como decisão histórica a votação da Câmara dos Deputados que incluiu o Vale do Jequitinhonha na área de atuação da Sudene. Ele disse que o fato é significativo para Minas Gerais, para o Nordeste e para o Brasil, e deve ser o prenúncio da solução dos problemas de quem vive no polígono das secas.

Francelino: debate de alto nível

- A decisão foi tomada num debate de alto nível e abre novas possibilidades, nos campos econômico e social, assim como a contribuição de Minas Gerais nos mecanismos de atuação da Sudene - comentou o senador.

Francelino explicou que existe uma interligação geográfica entre o Nordeste e Minas Gerais e que a inclusão do Vale do Jequitinhonha na Sudene propiciará uma convivência positiva entre governos e líderes dos dois estados. "É uma força comum que permite que Minas Gerais contribua com o desenvolvimento do Nordeste e que o Nordeste contribua para que Minas Gerais possa crescer harmoniosamente."

O senador informou ainda que, em razão de a deputada Rita Camata ter incluído no projeto alguns municípios capixabas, a matéria votada na Câmara retornará para o Senado.

Francelino também parabenizou o desembargador Lúcio Urbano, eleito presidente do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, e congratulou-se com o desembargador Paulo Tinoco, que deixa o cargo.

Rocha: BNDES pode salvar Jari da crise

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) informou ontem ao plenário que o BNDES se dispõe a emprestar R$ 50 milhões para ajudar a Jari Celulose a enfrentar suas dificuldades e passar do prejuízo ao lucro. Para ele, a diretoria do banco está convencida de que não se deve vender a Jari, mas fazer um acerto com seus credores e trabalhar para que o empreendimento seja rentável.

Rocha: recuperação

- Há indícios de que o projeto pode ser recuperado, inclusive porque o preço do papel e da celulose no mercado internacional melhorou. Alguns ajustes nos equipamentos e a redução de custos na geração de energia elétrica certamente contribuirão para a viabilidade da empresa - disse.

O senador esclareceu que o BNDES só emprestará dinheiro à Jari Celulose se houver acordo da empresa com os seus credores, para que eles se tornem acionistas da companhia. Sebastião Rocha prometeu entrar em contato com a direção da Jari, que também pode investir mais na empresa.

- A Jari é fundamental para o desenvolvimento da região amazônica, sobretudo dos municípios de Vitória do Jari e Laranjal do Jari, no Amapá, e Almeirim, no Pará. O empreendimento gera cerca de sete mil empregos e mantém uma atividade econômica que envolve aproximadamente 100 mil pessoas - assinalou.

O senador também informou que o Banco Central não admite, em hipótese alguma, que o Banco do Estado do Amapá (Banap), em liquidação pelo BC, possa reabrir suas portas. "A única alternativa aceita pelo Banco Central é transformar o Banap em agência de desenvolvimento."

Bezerra: várias vantagens

Carlos Bezerra defende ação federal para o milho em MT

Com o objetivo de reduzir o estoque federal em Mato Grosso e evitar problemas com o armazenamento da próxima safra, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) sugeriu ao governo a criação de um programa de incentivo ao consumo de milho no âmbito do próprio estado.

- Esse programa funcionará como um prêmio para quem agregar valor aos produtos ainda na zona de produção e seria igual ao que hoje é pago em outros programas que visam ao escoamento. O valor seria estipulado por saco de milho consumido no estado pela avicultura comercial, pelas indústrias de ração e beneficiamento de milho ou pela suinocultura tecnificada - explicou.

Para fazer jus ao prêmio, Carlos Bezerra propõe que os candidatos se cadastrem na Conab, desde que estejam em situação regular junto ao órgão de controle ambiental do estado. Além disso, antes de receberem o benefício, precisariam comprovar com notas fiscais a venda dos animais ou dos produtos derivados do milho.

Bezerra diz que o programa, além de reduzir a demanda por armazenamento, aumentaria a geração de empregos e de renda, a geração de impostos, reduziria os custos agregados ao milho, atrairia investimentos, diminuiria a evasão de impostos e contribuiria para a redução do déficit comercial.

Maldaner propõe uso de legendas na TV Senado

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) apresentou ontem projeto de resolução que obriga a exibição de legendas na TV Senado para os deficientes auditivos. Na sua opinião, essa medida aumentará a participação dessas pessoas na vida política do país.

Maldaner: para os deficientes

Ele elogiou a iniciativa do primeiro-secretário do Senado que, por inspiração da Comissão Diretora, designou uma comissão técnica para implementar a imprensa *braille* na Secretaria Especial de Editoração e Publicações para os portadores de deficiência visual.

A Constituição será a primeira publicação em *braille*, segundo o senador, seguida do Código de Defesa do Consumidor e Estatuto da Criança e do Adolescente.

- Atualmente o Brasil tem, aproximadamente, 12 milhões de portadores de diferentes tipos de deficiências e 88 entidades especializadas nesse tipo de atendimento - afirmou.

Maldaner informou que as publicações reproduzidas em *braille* serão distribuídas às instituições representativas dos portadores de deficiência visual, assembléias legislativas, bibliotecas e instituições que possam repassar essas obras.

Benedita quer mudar a lei para proteger pregadores

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) defendeu ontem a mudança do projeto de Código Ambiental Brasileiro por considerar sua redação "prejudicial à liberdade de manifestação do povo brasileiro". Na sua opinião, alguns dispositivos ferem princípios constitucionais de manifestações religiosas e culturais.

Benedita: texto muito genérico

De acordo com a senadora, o projeto estabelece como crime contra o meio ambiente, punível com reclusão de um a cinco anos, provocar poluição sonora, desrespeitando as normas sobre emissão de ruídos resultantes de quaisquer atividades. Para Benedita, a lei é genérica, ameaçando líderes religiosos, festas e manifestações folclóricas como o carnaval.

Em aparte, o senador Gilvam Borges (PMDB-AM) associou-se à senadora, pondo-se à disposição para articular junto às lideranças evangélicas.

A SESSÃO DE ONTEM DO SENADO FEDERAL FOI PRESIDIDA PELOS SENADORES ANTONIO CARLOS MAGALHÃES, RONALDO CUNHA LIMA, JONAS PINHEIRO E OTONIEL MACHADO